

boletim ADUA



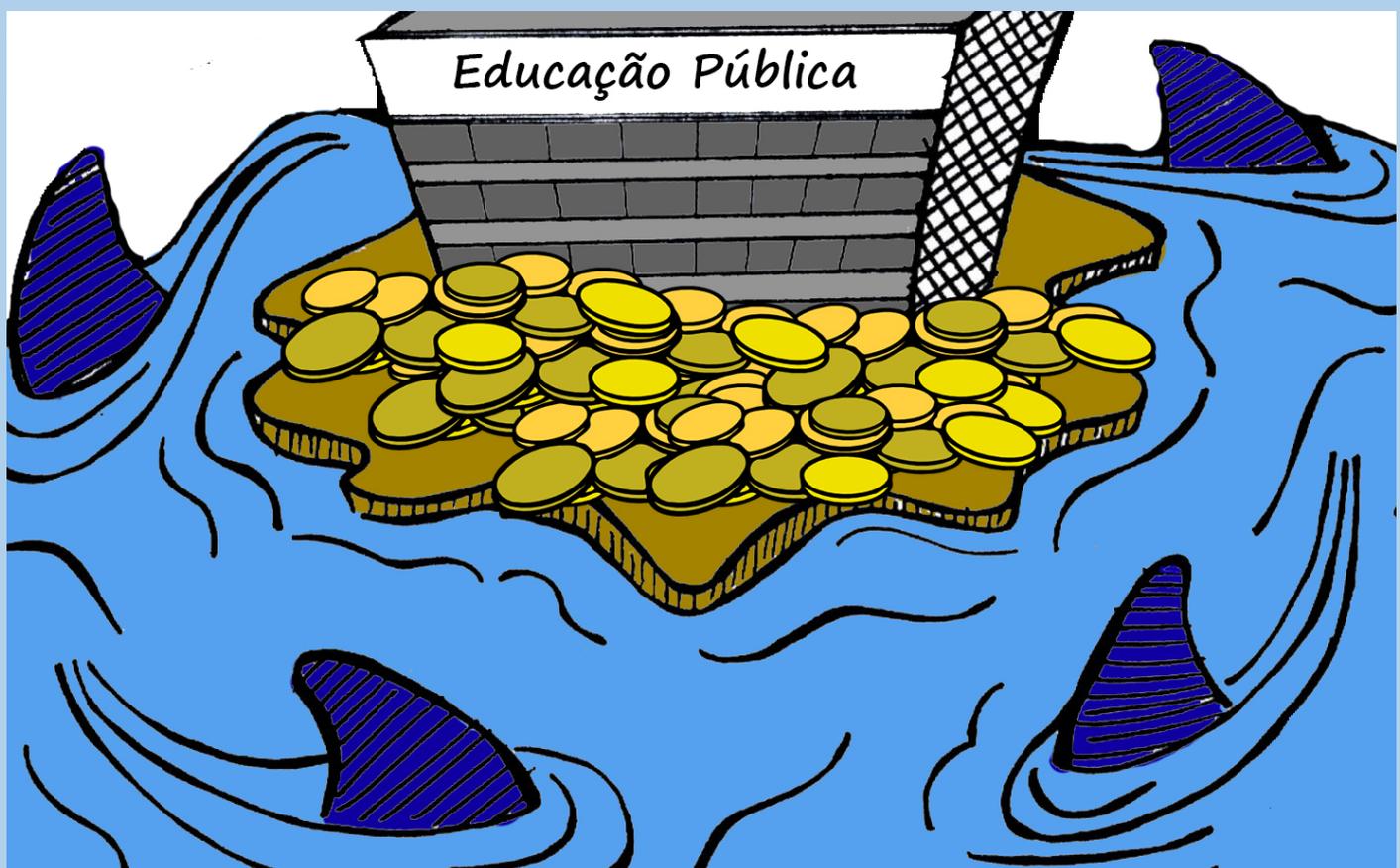
Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN

>>> ATAQUE À EDUCAÇÃO

"Future-se" e a tentativa de destruição da universidade pública e autônoma

Da Redação

ANDES-SN



Projeto do governo de extrema-direita prevê a mercantilização do ensino superior brasileiro

A universidade pública como é hoje pode estar com os dias contados, caso a comunidade não se erga para defendê-la. E essa necessidade se faz cada vez mais urgente! As garantias constitucionais de liberdade de ensino e aprendizagem e de autonomia universitária vêm sofrendo (e de forma mais intensa nesses oito meses de governo Bolsonaro) severos ataques. E o mais perigoso deles foi apresentado com a nomenclatura fantasiosa

de "FUTURE-SE", quando, na verdade, é a tentativa de destruição total da universidade brasileira pública e autônoma.

Tentativa essa que afeta o futuro dos que já estão nas universidades ou que sonham um dia fazer parte dela, de todos e todas que nunca tiveram a oportunidade de pisar em um campus, mas usufruem dos resultados de suas pesquisas e projetos e do conhecimento acadêmico-científico de seus membros, resumindo: que afeta

o futuro de cada brasileiro e brasileira de maneiras distintas e abrangentes. Portanto, são todos e todas - indistintamente - que têm a missão de lutar e defender a universidade e a manutenção do direito ao ensino superior público.

Mulheres, homens, crianças, jovens, idosos, homossexuais, heterossexuais, transgêneros, negros, brancos, indígenas e quilombolas independente de suas profissões, religiões e posicionamentos políticos

precisam somar forças para travar essa luta que não se restringe aos estudantes e às/aos docentes.

Esses têm feito e buscado nas ruas serem ouvidos. Foi assim nos dias 15 e 30 de maio e [13 de agosto](#) nas Greves Nacionais da Educação que tomaram as ruas dos quatro cantos do Brasil após o bloqueio no orçamento das universidades; os cortes de bolsas de pesquisa, os constantes atos de desrespeito às consultas acadêmicas para escolha de reitores/as, a extinção de cargos e funções, ou seja, a criação de um ambiente totalmente impossível à sobrevivência das universidades.

Para as manifestações chegarem às ruas com força e expressividade para derrotar as investidas nefastas de Jair Bolsonaro, o trabalho de organização e a mobilização da comunidade acadêmica, de movimentos sociais e populares, de associações e de sindicatos como a ADUA, foram e se fazem cada vez mais necessários.

Com o aprofundamento do panorama desfavorável para as univer-

sidades públicas a partir da apresentação do “FUTURE-SE”, a ADUA - assim como as demais seções sindicais do ANDES-SN - [levou o tema para discussão em assembleias](#) na ca-



Mulheres, homens, crianças, jovens, idosos, homossexuais, heterossexuais, transgêneros, negros, brancos, indígenas e quilombolas independente de suas profissões, religiões e posicionamentos políticos precisam somar forças para travar essa luta que não se restringe aos estudantes e às/aos docentes.

pital e nas unidades fora da sede. Os/as docentes da Ufam decidiram, por unanimidade, posicionamento contrário à totalidade do FUTURE-SE, apoio e participação na manifestação do dia 13 de agosto e, ainda, a construção da greve de setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) por tempo indeterminado.

Durante reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni) da Ufam, no dia 1º de agosto, para discutir o FUTURE-SE, a ADUA-SSInd. destacou o posicionamento contrário da categoria ao projeto que visa a mercantilização das universidades e intensifica sua descaracterização. Da reunião, resultou uma [moção de repúdio do Consuni](#) da Ufam ao projeto de Bolsonaro.

Em outras frentes, a [Assessoria Jurídica do ANDES-SN \(AJN\) publicou nota técnica afirmando que o FUTURE-SE](#) é uma absoluta afronta ao artigo 207 da Constituição uma vez que a autonomia universitária será substituída por processos que visam o financiamento privado da educação pública e da pesquisa brasileira. Diante deste cenário, o Sindicato Nacional se manifestou com [uma nota contra a consulta pública do FUTURE-SE](#), e tem participado em diferentes lutas, debates e manifestos contra esse plano de desmantelamento da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Diante dos inúmeros ataques do governo Bolsonaro à Educação, professoras e professores da Ufam, tomaram como última medida, a aprovação de [indicativo de greve](#) em assembleias descentralizadas. A categoria decidiu também a organização de um Comando de Mobilização de Greve formado por docentes, estudantes e técnicos da universidade. O indicativo de greve por tempo indeterminado está sendo discutido em todo o país nas seções sindicais do ANDES-SN.

A discussão e a análise, manifestação de repúdio por meio de notas e manifestos, a contrapartida por meio jurídicos e, mais do que nunca, a construção da mobilização são vertentes dessa luta que não se encerra agora. Pelo contrário, faz-se cada vez mais necessária para não apenas a manutenção da universidade públicas, mas a possibilidade de continuar tendo a possibilidade a educação livre, pública e de qualidade.

FUTURE-SE OU FUTURE-SE?

PRINCIPAIS PONTOS DO PLANO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

GESTÃO POR 'ONGS'

A gestão das IFES será transferida a Organizações Sociais (OS) por contrato de gestão. A OS poderá gerir os docentes e técnicos, explorar o patrimônio das instituições e utilizar a produção intelectual (patentes, projetos, consultorias e cursos) para angariar recursos.

A serviço do mercado



Fundo com a venda do patrimônio



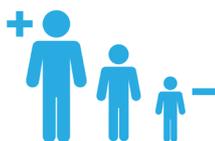
R\$ 102 BILHÕES

O projeto prevê a constituição de um “fundo de autonomia” para financiar as pesquisas. Dos R\$ 102 bilhões do fundo, R\$ 50 bilhões viriam da venda do patrimônio das IFES, além da cobrança de mensalidade pra cursos de pós-graduação.

STARTUPS

Os departamentos que atraírem empresas e startups poderão se beneficiar com um percentual do lucro auferido. Ao aplicar a lógica de mercado nos IFES, cursos sem vocação comercial poderão ser relegados a segundo plano, sem orçamento e sem importância estratégica para os gestores da iniciativa privada.

Formação de uma casta



Fim da autonomia



COMITÊ GESTOR

O programa prevê a existência de um “comitê gestor” que funcionará como instância máxima na supervisão das IFES, atuando, até mesmo, no processo eleitoral dos reitores.

FUTURE-SE: A MERCANTILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E O ATAQUE FRONTAL À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O 'programa' FUTURE-SE, apresentado pelo governo de extrema-direita nos dias 16 e 17 de julho de 2019, deve ser compreendido no contexto mais amplo de ataques à classe trabalhadora, relacionado com a desconstrução dos direitos civis, políticos e sociais que se evidenciam em leis draconianas como a trabalhista, a limitação dos gastos sociais (Emenda Constitucional/95), a terceirização irrestrita e a brutal extração de recursos públicos dos mais pobres em favor do sistema financeiro representada pela famigerada 'nova previdência', que destrói a previdência pública.

No que diz respeito especificamente aos ataques à Educação Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada e à Ciência e Tecnologia (C&T) Públicas, visualiza-se, desde a última ditadura empresarial-militar, um paulatino direcionamento do fundo público em favor da iniciativa privada, o que permitiu, com dinheiro público, a construção de conglomerados educacionais internacionais, como a Kroton, transformando a educação em mercadoria.

Esse processo de devastação neoliberal se articula num ambiente social e cultural de claro tom reacionário que se manifesta na perseguição de professores e professoras, na tentativa de amedrontá-los e amedrontá-las. Foi o que vimos nesses últimos dias na SBPC, realizada na UFRN, quando militares descaradamente filmaram as palestras; na invasão do Sintesam [Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas] por parte de polícia rodoviária federal, assim como na perseguição e morte de lutadores e lutadoras indígenas e daqueles que lutam por seus direitos.

Assim, o FUTURE-SE se apresenta como a coroação de um processo que visa a mercantilização da universidade pública e se constitui como um ataque frontal à autonomia universitária visando a desresponsabilização

do Estado em relação ao seu financiamento e o esvaziamento de seus mecanismos de gestão democrática, justamente quando se festejou, em 2017, um século da reforma universitária de Córdoba.

O FUTURE-SE nasce órfão de debate e crítica, sem nenhuma fundamentação nem diagnóstico da educação superior. Não responde no curto prazo à angustiante situação financeira das universidades, que tiveram cortes orçamentários inviabilizando o seu funcionamento ainda neste semestre nem às inquietações que perpassam o âmbito universitário. Por exemplo, qual a função neste projeto das políticas educacionais desenvolvidas até agora? Como funcionará o acesso e a permanência na universidade dos/das estudantes? Como será ampliado esse acesso? Como as pós-graduações irão funcionar?

O Projeto de Lei em consulta pública está constituído de 45 artigos distribuídos em sete capítulos, modifica 16 leis federais e insere várias alterações não relacionadas com a temática. Por exemplo: no Artigo 42º acrescenta um parágrafo no Artigo 3º da lei 12.550 de 2012, permitindo que a EBSEH aceite convênios de planos privados.

O que chama a atenção, dentre outras coisas, é a obrigatoriedade de contrato de gestão com Organizações Sociais (OS) que não precisa passar por processos licitatórios e cuja prestação de contas poderá ser simplificada (par. 1º e 5º do Art. 3º). E o que é muito mais grave: essas OS poderão anexar o patrimônio público através de doação do MEC (par. 8º do Art. 9º).

As competências e obrigações da organização social (incisos II, III e IV do Art. 5º) são contrárias ao Artigo 207 da Constituição Federal no que diz respeito à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. O FUTURE-SE cria um sistema de governança externo às universidades a ser indicado pelo

MEC, assim como também um Comitê Gestor externo que supervisionará o programa sem indicar como estará constituído nem como funcionará (Art. 24º e 25º), atacando frontalmente a autonomia universitária.

As IFES deverão ceder espaço físico (par. 2º Art. 3º), compartilhar centros de serviços com as OS (par.1º do Art 4º) e poderão ceder servidores públicos (Art. 10º) e repasse de recursos orçamentários (Art. 7º). Esvaziará as atividades de pró-reitorias (Art. 17, 18 e 19) e dos órgãos financiadores de C&T (Art. 20º e 21º), assim como irá inserir os recursos captados pelas universidades no sistema financeiro (inciso III do Art. 23).

Fica claro que o FUTURE-SE é mais um dos ataques do governo Bolsonaro no projeto de destruição da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada que se soma a diversas outras medidas como o anúncio de que não haverá mais concursos públicos; ao decreto 9.725/2019 de extinção de cargos; ao desrespeito às consultas da comunidade universitária para escolha de reitores e à portaria nº 1.373/2019 que impossibilita a nomeação de cargos de pró-reitores/as e diretores/as pelo/a reitor/a.

Portanto, a ADUA-SSind. (Seção Sindical do ANDES-SN) é pela rejeição total do programa FUTURE-SE e a não participação da comunidade universitária na farsa da consulta pública organizada pelo MEC, que só visa controlar as pessoas e evitar qualquer debate crítico.

Em defesa da educação pública e gratuita!

Contra a privatização e os cortes nos investimentos em educação!

Combater a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos!

O FUTURO da Universidade Pública não se negocia!

A DIRETORIA DA ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN
06 de agosto de 2019

>>> Artigo

Contando uma história. Era uma vez...

Cinthya Iamile*

REPRODUÇÃO/FERNANDA ROUVENAT/G1



Pais marcharam nas ruas ao lado dos filhos na luta pela educação em manifestações realizadas por todo país

Uma criança no final dos anos 1940, do interior do Amazonas, daqueles em que nem luz e água encanada existem até hoje, nos seus 9 anos veio para a capital morar com os parentes mais abastados para “estudar” e ter uma vida melhor do que a que se prometia naquela terra onde nasceu. A menina se chamava Maria e logo descobriu que estudar era mais sonho que a dura realidade que ela encontrou: acordar todos os dias às 5h para “ajudar” nas tarefas do mercadinho da família que a trouxera, lavando e limpando tudo, sem muito tempo para outras atividades. Cresceu nessa

condição e pouco aprendeu de fato, a não ser ler e escrever o básico que interessava.

A menina sonhava em aprender outras coisas e ter sua casa, seu lar. Conseguiu fazer a duras penas um curso de auxiliar de enfermagem, pois não precisava saber muito, mas sim ter força de trabalho duro, que ela tinha. Mesmo assim ainda ouviu: “Pra quê estudar? Mulher não precisa disso”. Conseguiu emprego e finalmente começou a crer que poderia ter vida melhor fora da casa dos parentes. Então casou-se, mas pouco pode ter nesta relação que se acrescentava aos seus sonhos de menina. Teve sua primeira fi-

lha, que morreu ainda bebê por não ter tido acompanhamento médico e depois a segunda e a terceira, mas o casamento não vingou – como dizem os antigos.

Separada, tendo que enfrentar todo preconceito da época, criou suas duas filhas sozinhas, fazendo bicos, cuidando de idosos, vendendo salgados, bolos, o que pudesse para pagar as contas. Nunca deixara uma conta vencer. Antes ficar sem o que comer um dia do que ter alguém cobrando conta atrasada dela.

Para ela, não restava mais sonhar, e sim sobreviver. Mas para as filhas, ela desejava um mundo totalmente diferente do dela. Sa-

bia que dinheiro elas não teriam como herança, casamento não era fonte de segurança – ela bem sabia. Então agarrou-se à única coisa que sabia poder ser forma de mudança de vida, uma coisa que ela almejou mas não pode ter como quisera: EDUCAÇÃO. Seria sua herança! Seria a salvação de suas filhas! Elas estudariam tudo o que ela não pode, elas chegariam aonde ela jamais pode vislumbrar. Elas teriam outra vida.

E para poder conseguir isso chegou a ficar dois, três dias no sol e na chuva, a cada ano, para garantir vaga para suas filhas em escolas públicas perto de casa, caso contrário, como iriam para a escola se fosse longe? (naquele tempo não havia a vantagem da matrícula online). E ela sempre conseguia, a duras penas, mas conseguia!

Suas filhas estudaram em colégios públicos municipais, estaduais e até federais (no antigo segundo grau – hoje Ensino Médio). Nunca permitiu que elas faltassem aulas, que deixassem de fazer seus trabalhos escolares. Material escolar? Tinham o básico. Os livros eram comprados, à época, com auxílio de uma madrinha e um padrinho que sempre estavam por perto. O pai ajudava às vezes sim, sempre que podia ou aparecia para vê-las. Mas suas filhas conseguiram chegar ao final do segundo grau e almejavam sonhar mais, pois agora eram elas que queriam fazer por sua mãe guerreira. O sonho de um nível superior, um emprego melhor, uma casa que não estivesse caindo aos pedaços (literalmente) foi possível pela aprovação num concorrido vestibular em uma Universidade Pública! Mais uma vez!

E elas fizeram seus cursos. E como foi difícil! Muitas vezes, a filha mais velha só tinha o dinheiro da passagem de ônibus (meia passagem, graças ao direito con-

quistado pelos estudantes) para ir à faculdade. A volta ficava na sorte de conseguir carona para, pelo menos, perto de casa, ou um empréstimo de alguma colega ou



(...) Mas para as filhas, ela desejava um mundo totalmente diferente do dela. Sabia que dinheiro elas não teriam como herança, casamento não era fonte de segurança - ela bem sabia. Então agarrou-se a única coisa que sabia poder ser forma de mudança de vida, uma coisa que ela almejou, mas não pôde ter como quisera: EDUCAÇÃO”

ia a pé mesmo. Para almoçar, o dinheiro às vezes também não dava (imagina se já não tinha para o ônibus). As amigas nem sempre podiam pagar – também tinham suas limitações financeiras, mas repartiam o bandeirão do RU com a filha de d. Maria. Graças à amizade real, sincera, companheira. Essas ficam para a vida toda!

Veio a necessidade, após finalizar o curso, de aprimorar-se. E veio a pós-graduação. Mais uma vez em IES Pública! Com excelentes professores! E essas filhas de Maria ousaram mais e passaram em concursos públicos. Hoje são também professoras, além das profissões escolhidas (uma farmacêutica e a outra profissional de Educação Física). A D. Maria hoje pode ver o que conquistou com todo seu esforço, pode ter conforto, pode viajar, ter plano de saúde, ter uma casa digna dela.

Final feliz? Não! Por que não acabou! D. Maria tem netas. D. Maria ainda sonha ver suas netas também formadas. Ela se realiza assim. Ela não pôde, mas criou uma pequena geração que pode. Mas não bastou o sonho e a garra

dessa mulher, precisou a contrapartida: existir ensino público de qualidade e perto dela!

Agora, penso aqui comigo: já imaginou essa história sem essa contrapartida? D. Maria nunca, nunca mesmo ia poder financiar a educação das filhas. Elas teriam o mesmo destino da mãe, quem sabe pior... Que bom que temos isso em nosso país. Que bom que se pode mudar a realidade, não é?

Pois é... a realidade pode mudar sim. Umas vezes para melhor e outras para destinos que costumamos a crer de tão escabrosos que são. Ah, nossas escolhas!

Analisando detalhadamente a proposta do Governo Federal FUTURE-SE, fico pensando em quantas Marias que estão espalhadas pelo Brasil, sonhando em ter uma vida mais digna e crendo que a educação ainda é o caminho, serão afetadas diretamente, pois seus sonhos continuarão sendo só isso: sonhos!

É por causa desta Maria, em particular, e por todas Marias, Josés, Franciscos, Anas... que sou contra essa proposta FUTURE-SE, que não diz claramente como vai ser gerida, mas nos dá nas entrelinhas a visão da privatização que tanto tememos. Enquanto Maria sonhar, eu pretendo continuar resistindo!

A Maria da história é real. Está com quase 82 anos. A filha mais velha sou eu, professora universitária, que muito agradeço tudo o que aprendi neste mundo, mas a lição mais importante aprendi em casa com ela. Ah, isso eu me orgulho em repetir sempre: “SEM EDUCAÇÃO VOCÊ NÃO É NADA, NUNCA SE ESQUEÇA!” (e de QUALIDADE, SEMPRE!)

** Cinthya Iamile é doutora em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará e professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Ufam.*

>>> ARTIGO

Future-se e o aumento da desigualdade de gênero na carreira acadêmica

Marília Möschkóvich*

MÍDIA NINJA



Protesto de maio pela educação no Brasil reuniram gerações e gêneros diversos

A precarização da educação é, como preconizava Darcy Ribeiro, parte de um projeto. No caso do ensino superior, a precarização da educação é também a precarização da ciência. Para o Brasil, essa relação é ainda mais íntima, já que construímos historicamente um modelo (não cabe neste texto o debate sobre ser o melhor ou não) em que a chamada carreira acadêmica, ou seja, o trabalho de cientista e pesquisa-

dor, está atrelada ao trabalho como docente em instituições (sobretudo públicas) de ensino superior.

Na esteira dos cortes orçamentários e perseguição ideológica nas universidades públicas no primeiro semestre de governo Bolsonaro, o Ministério da Educação de Abraham Weintraub lançou, em julho, o pacote FUTURE-SE, que acirra a transição para um modelo privatista e com pouca ou nenhuma autonomia científica e universitária.

Entre os efeitos do FUTURE-SE, um tem passado quase despercebido, talvez por não ser um dos objetivos explícitos e declarados do pacote de mudanças: o modelo proposto significa para as mulheres pesquisadoras e cientistas ainda mais desvantagens profissionais.

Com o FUTURE-SE, passamos de um contexto de desigualdade de gênero um tanto atenuada na carreira acadêmica para um cenário em que essa desigualdade tenderá a se acirrar, dificultando ainda mais a trajetória das mulheres.

A desigualdade de gênero na carreira acadêmica brasileira hoje: estabilidade, rendimentos, gestão colegiada.

Há mais de uma década no Brasil as mulheres são responsáveis por mais da metade das defesas de teses de doutorado todos os anos. Representam também perto da metade do professorado da educação superior pública. Entre 2010 e 2012, como mestranda na Faculdade de Educação da Unicamp, estudei justamente a desigualdade de gênero na carreira acadêmica brasileira.

Antes, durante e depois da pesquisa, vi e sigo vendo que no Brasil, quando se trata desse tema, é comum que sejam importadas problemáticas estabelecidas em países do centro do capitalismo como os Estados Unidos ou alguns países europeus.

Numa abordagem sociológica rigorosa e materialista, porém, é preciso situar cada fenômeno, observando as condições sociais que os produzem, e refletir sobre como o trabalho de produzir conhecimento se localiza nas estruturas sociais de

cada país. Foi assim que elaborei a hipótese central do meu mestrado. Afinal, se os problemas da carreira acadêmica na Europa e nos Estados Unidos são decorrentes da estrutura da carreira, que forma eles tomam (se é que existem) quando a estrutura é fundamentalmente diferente?

A especificidade, em relação a outros países, da carreira acadêmica brasileira no modelo que está sendo destruído com o FUTURE-SE pode ser apresentada em três pontos: a estabilidade (e a impessoalidade na contratação por concurso) como parte do funcionalismo público, a posição de classe e as relações entre classes no Brasil (que permitem contratar pessoas ou instituições/empresas para transferir para elas o trabalho doméstico e de cuidados, ou parte significativa dele) e a estrutura da universidade, gerida pelos próprios docentes e não por gestores externos. Isso tudo sem entrar no mérito de debater outros aspectos como o tipo de autonomia universitária possível nesse modelo.

Estabilidade e contratação por concursos

A estabilidade e os concursos (ou seja, o funcionalismo público) importam por dois motivos: a estabilidade permite que o emprego não esteja em risco quando, sobrecarregadas com o cuidado de filhos pequenos, as mulheres reduzam o ritmo de trabalho e/ou produção científica; os concursos, ainda que imperfeitos, estabelecem que qualquer pessoa que tenha certo cargo terá o salário definido legalmente para aquele cargo, ou seja, o salário independente de negociação individual (e há estudos e mais estudos mostrando que, não apenas na carreira acadêmica, quando o salário depende de negociação individual as mulheres levam a pior).

Nos últimos dez anos, com um processo de precarização já correndo, a estabilidade, por exemplo, já vem sendo ameaçada – não apenas porque, para realizar pesquisas, os

docentes precisam pedir financiamento a certos órgãos (e aí quem reduziu o ritmo de produção porque teve um bebê, por exemplo, pode ficar prejudicada), mas também porque os próprios cargos estáveis não representam boa parte dos trabalhadores da ciência. Mesmo se não contarmos mestrados e doutorandos como pesquisadores stricto sensu na carreira acadêmica (pois não têm total autonomia, ainda, sobre seu trabalho), temos



A estabilidade permite que o emprego não esteja em risco quando, sobrecarregadas com o cuidado de filhos pequenos, as mulheres reduzam o ritmo de trabalho e/ou produção científica"

hoje a figura do pós-doc, um trabalhador que, enquanto espera um concurso, faz quase tudo o que um docente faz, em condições mais precárias, sem estabilidade, e com rendimento muitas vezes abaixo do salário do docente. O “quase” aqui é importante pois, já que não são funcionários concursados, os pós-doutorandos não podem assumir cargos de gestão nas universidades – e isso importa muito, como explico adiante.

Gestão colegiada

O sistema de gestão colegiada implica que os docentes façam também a gestão das instituições em que trabalham. Essa é apenas uma das estruturas que às vezes garantem, às vezes facilitam, que se mantenha a autonomia universitária. Mesmo órgãos de financiamento de pesquisa no Brasil, como Capes, CNPq, Fapesp, etc. também usam modelos semelhantes na avaliação do trabalho científico. Os critérios para bolsa produtividade no CNPq, por exemplo, são definidos por área de atuação por um comitê de docentes da área; os pro-

jetos de pesquisa são avaliados por pareceristas ad-hoc de cada área; os critérios para avaliação de periódicos e classificação no sistema Qualis (A1, A2, B1, B2, B3, etc.) também são estabelecidos por grupos de docentes em cada área.

Embora esse tipo de estrutura não signifique exatamente uma democracia, já que em geral há uma distribuição de poder desigual entre instituições, regiões do país e outros subgrupos nesses processos, ela certamente torna a gestão mais próxima e acessível aos docentes. Em termos da desigualdade de gênero, isso permite que necessidades cotidianas sejam negociadas com mais proximidade e, às vezes, possivelmente com mais empatia também. Outras vezes, claro, essas negociações e decisões são permeadas de machismos, como contaram algumas das minhas entrevistadas da pesquisa de mestrado.

Renda e transferência de tarefas domésticas

Por fim, no contexto de extrema desigualdade social do Brasil, os rendimentos de bolsistas de pós-doc e docentes do ensino superior (mesmo os que se encontram nas posições de trabalho mais precárias do ensino superior) são substancialmente maiores do que aqueles obtidos pela maior parte da população. No caso das mulheres, historicamente responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo de cuidado com a casa e com as pessoas, isso significa a possibilidade de repassar ao menos parte dessas tarefas para outras mulheres mais pobres, ou empresas/instituições privadas prestadoras de serviço. Isso permitiria às mulheres dessa fatia da classe trabalhadora dedicarem-se mais ao trabalho, ao menos potencialmente, mesmo que a divisão das tarefas domésticas no contexto de casamento homem-mulher não fosse igualitária.



FELIPE IRIUATÁ / MÍDIA NINOA

Estudantes de Institutos federais também têm estado engajados na luta em defesa da preservação de uma educação pública e autônoma

É importante notar aqui algo que também está colocado na pesquisa realizada: todas essas estruturas não significam que haja igualdade de gênero na carreira acadêmica brasileira, mas sim que a desigualdade é atenuada quando comparada com países que usam outros modelos de carreira e gestão universitária e científica.

O que muda com o modelo FUTURE-SE?

Uma das proposições centrais do FUTURE-SE é a transferência da gestão das universidades para Organizações Sociais (OS). Essa mudança, sozinha, é capaz de destruir quase todos os aspectos positivos para a igualdade de gênero mencionados nos parágrafos anteriores. As OS não precisam de licitação para tomarem a gestão de uma universidade – o que significa que, no contexto atual, será legal e oficial transferir a gestão da universidade para um grupo amigo do governo, que compartilhe dos mesmos valo-

res políticos e ideológicos, como o Instituto Ayrton Senna ou alguma OS criada por grupos de educação privada como a Kroton exclusivamente para este fim. A ausência de licitação também faz com que não haja regulamentação do Estado sobre essas organizações, não sendo impostos requerimentos mínimos, nem forçando qualquer tipo de *accountability* – para ficar no dialeto empreendedor do abusivo pacote.

As OS, por sua vez, podem decidir contratar docentes em regimes contratuais precários – afinal, seriam trabalhadores da OS e não funcionários públicos – e com baixos salários. A gestão da OS teria prioridade na balança desequilibrada de poder entre diversas forças que povoam as disputas políticas e decisões nas universidades. Isso significa que os gestores da OS, sendo gestores da universidade, podem tomar decisões inclusive pedagógicas e ideológicas que combinem com os propósitos políticos e econômicos das empresas ligadas a eles e/ou

de grupos políticos conluiados. Isso inclui contratar mulheres com valores mais baixos, sem licença-maternidade, criar parâmetros de avaliação alheios aos próprios docentes/pesquisadores, ou até mesmo extinguir cursos e áreas de pesquisa (como os estudos de gênero).

Não à toa, o modelo se aproxima (ainda que numa versão piorada, se é que isso é possível) do modelo estadunidense – um dos países em que as condições de trabalho das mulheres na carreira acadêmica são mais problemáticas. Uma prévia do que podemos enfrentar no Brasil e, sobretudo, se não nos articularmos organicamente para além das manifestações de rua, em sindicatos, na UNE, nos movimentos sociais e partidos políticos.

**Marília Moschkovich é socióloga, mestra e doutora em educação pela Unicamp. Este artigo foi publicado originalmente no dia 13 de agosto de 2019 no Blog da Boitempo.*

>>> ARTIGO

Future-se: um futuro que não queremos para as Ifes

Sérgio Freire*

Eu li o documento do Future-se. Faço algumas considerações, partindo de pressupostos que entendem a Universidade como pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

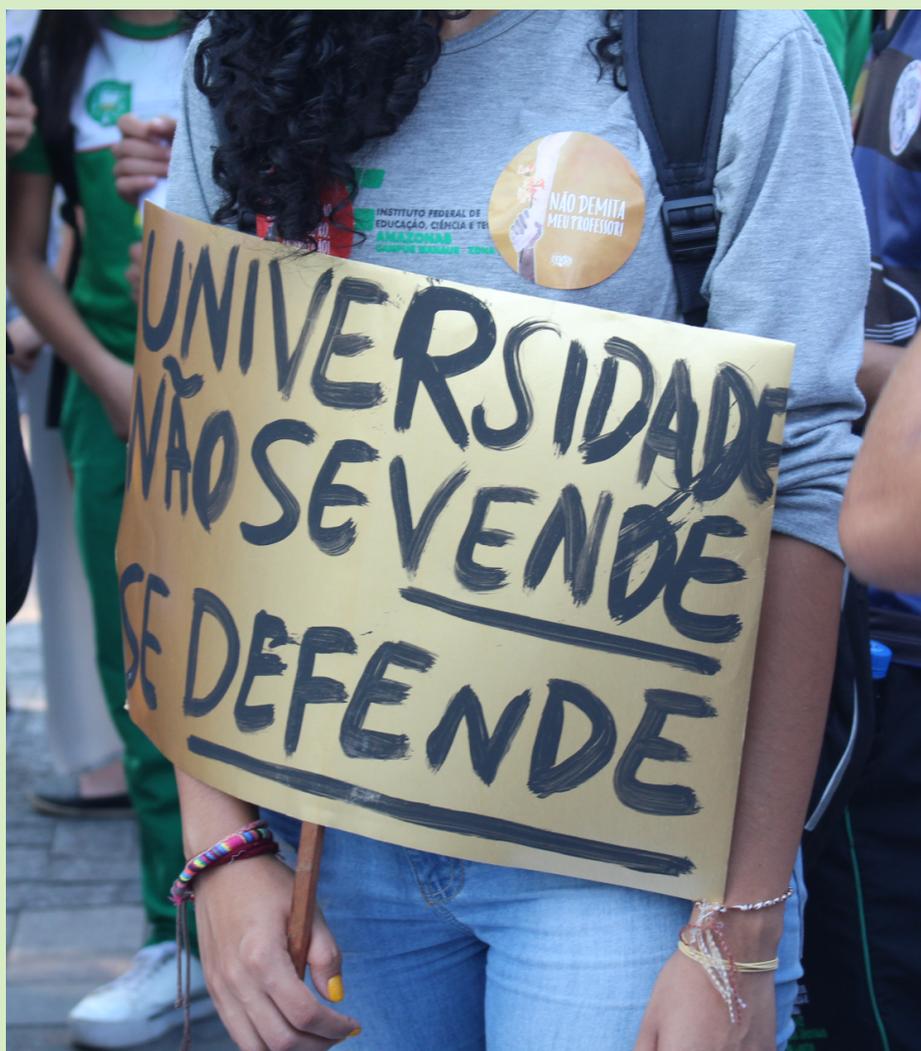
Meu lugar de fala, ainda, reconhece igualmente que precisamos rediscutir urgentemente várias questões relativas ao ensino superior público de forma ampla, democrática e com a participação de quem faz, de fato, a Universidade. Dito isso, segue o texto.

FUTURE-SE

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE) se apresenta como tendo por finalidade o “fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios.”

A linguagem precisa sempre ser localizada. Fortalecer a autonomia financeira, nesse documento e na lógica do governo federal, significa criar formas de financiamento outras que não o repasse regular de recursos necessários, visando a reduzir na sequência as transferências obrigatórias.

As Ifes precisam buscar novos recursos, diz o documento. É um modelo de captação de financiamento por meio de parcerias e Organizações Sociais (OS). Sob o rótulo de autonomia, garantindo relativizações, o que se quer é inserir as Ifes na lógica das empresas



No dia 13 de agosto, estudantes e professores foram às ruas protestar contra o “Future-se”

privadas e, portanto, na lógica de mercado.

Os três eixos

O programa terá prazo de duração indeterminado e a participação das Ifes será por meio de adesão. Submeter as Ifes a um processo de adesão voluntária em tempos de contingenciamento de recursos é, como já foi posto pela Andifes, prematuro. É quase uma chantagem.

Pergunta-se: como ampliar a

autonomia de gestão se o modelo proposto traz para dentro da Universidade o modelo das OS, que praticamente terceiriza a administração?

A OS é um tipo de associação privada, com personalidade jurídica, que recebe subvenção do Estado para prestar serviços de interesse público. Trata-se de uma entidade privada, repetimos, apta a receber determinados benefícios do poder público, tais como dota-

ções orçamentárias, isenções fiscais ou mesmo subvenção direta para a realização de seus fins. Parece interessante à primeira vista, dada a reconhecida lentidão e às amarras administrativas a que estão submetidas as Ifes hoje e que, sem dúvidas, precisam ser rediscutidas. No entanto, há desdobramentos para além desse encantamento inicial que precisam ser mais bem discutidos.

As Ifes que aderirem ao Programa deverão adotar as diretrizes de governança que só serão definidas pelo Ministério da Educação futuramente. Aderir e adotar diretrizes futuras é assinar um cheque em branco. Na verdade, não tão em branco porque o modelo proposto sinaliza a lógica de mercado e os seus desdobramentos. É preciso, por exemplo, segundo o documento, fazer a “gestão de riscos corporativos”, o que insere as Ifes dentro de uma lógica empresarial que é, no mais das vezes, incompatível com a finalidade social de uma universidade pública.

O FUTURE-SE se propõe a ser operacionalizado por meio de contratos de gestão, firmados pela União e pela Ifes com uma OS. Essas organizações devem ter suas atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura e devem estar relacionadas às finalidades do Programa. A lógica da OS, repete-se, é a lógica da terceirização da administração. Há vantagens e desvantagens e elas são entendidas de formas diferentes, dependendo da visão de universidade que se tem.

As OS podem, em princípio, acelerar a velocidade de procedimentos lentos devido à regulação pública vigente. Ao tempo que desburocratiza, afrouxa os mecanismos de controle do dinheiro público. E, ao mesmo tempo ainda, a inserção das Ifes nessa lógica traz junto todos os desdobramentos do modelo da iniciativa privada como, por exemplo, a precarização de recursos humanos e o estabelecimento de índices de produtividades e

metas de desempenho muitas vezes incompatíveis com os objetivos sociais das universidades.

Quanto ao fomento ao Programa, a União e as Ifes poderão fomentar a OS por meio de repasse de recursos orçamentários e permissão de uso de bens públicos. Está previsto no documento que haverá transferência de recursos públicos e de patrimônio às organizações, bem como transferências de recursos para fundos de investimentos que fomentarão suas ações. Se as OS falharem em levantar recursos para a gestão contratada, está garantido no documento que o MEC poderá socorrê-las, destinando recursos como forma de ação supletiva. Mais recursos públicos transferidos para o setor



É um modelo de captação de financiamento por meio de parcerias e Organizações Sociais. Sob o rótulo de autonomia, garantindo relativizações, o que se quer é inserir as Ifes na lógica das empresas privadas e na lógica de mercado”

privado, portanto. Cereja do bolo: o Ministério da Educação poderá participar como cotista de fundos de investimento. Esses fundos de investimento deverão ter natureza privada e a integralização das cotas nos fundos deverá ser autorizada em ato do Poder Executivo, ouvido o Comitê Gestor do Programa. Será facultada a cessão de servidores titulares de cargo efetivo em exercício na instituição federal de ensino superior, que exerçam atividades relacionadas ao contrato de gestão, à Organização Social. Caberá à OS o ônus pela remuneração ou pelo salário vinculado ao cargo do agente cedido, acrescidos dos encargos sociais e trabalhistas, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, desde que cumprindo a carga horária de aulas. Mais trabalho a já asso-

berbada tarefa de docentes e técnico-administrativos das Ifes.

Governança, Gestão e Empreendedorismo

As diretrizes propostas e apontadas no Eixo I, Governança, podem ser implementadas – de fato, muitas já são – sem a necessidade do modelo das OS. A lógica da implementação de start-ups, por exemplo, prevista no documento, é muito atraente para algumas áreas do conhecimento. No entanto, é bastante incompatível com algumas outras áreas, principalmente na grande das humanidades.

O sistema de captação de recursos externo é claramente diferente e depende da vocação e potencial de cada área. Para que fosse implementado de forma a contemplar todos os setores, seria necessário se discutir uma espécie de fundo solidário, de onde saíram recursos para subsidiar áreas com baixa capacidade de captação.

Pensa-se no documento, claramente, na universidade pública produzindo produtos a serem vitrinizados e comercializados. As Ifes que aderirem ao Programa serão autorizadas a conceder a pessoas físicas ou jurídicas o direito de nomear uma parte de um bem, móvel ou imóvel, de um local ou evento, em troca de compensação financeira. O documento chama essa prática de *namings rights*. Será possível, por exemplo, ter um auditório Coca-Cola ou um bloco Microsoft, como forma de captação de recurso.

Será também permitida a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPE) nas Ifes, garantindo que um percentual do lucro auferido pelas SPE retorne para as Ifes. Uma Sociedade de Propósito Específico é de natureza empresarial cuja atividade é bastante restrita, podendo, em alguns casos, ter prazo de existência determinado. É normalmente utilizada para isolar o risco financeiro da atividade de-

envolvida. Resumindo: são empresas dentro da Universidade.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

As Ifes que aderirem deverão aumentar a interação com empresas no intuito de atender às demandas desse setor por inovação. Novamente a ênfase do programa se volta às áreas de tecnologia, relegando as humanidades, por sua natureza, a um segundo plano temerário, bem como pensa a Universidade para atender a determinado segmento da sociedade.

O professor em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em plano de carreiras e cargos de magistério superior, poderá exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação na OS contratada. A remuneração recebida em razão da elaboração, execução e êxito de qualquer programa desenvolvido no âmbito do Future-se é de natureza privada, não integrando a remuneração do servidor, para nenhum fim, nem gerando reflexos de qualquer natureza na remuneração do cargo, inclusive previdenciários.

Mas receber remuneração adicional só será possível se o professor cumprir sua carga horária ordinária. Na prática, o professor poderá receber recursos além do salário. Registre-se que a jornada de trabalho já é nominalmente de 40 horas – até mais, na prática. Como participar sem prejudicar suas atividades de origem é uma pergunta que precisa de resposta.

Eixo 3: Internacionalização

O MEC propõe cursos de idiomas para os docentes por meio de parcerias com instituições privadas, sempre elas, para promover a publicação em periódicos no exterior. O Ministério ignora as ações existentes nas próprias universidades, como Centros de Línguas e o ISF, ambos bastante eficientes na Ufam.

É previsto o intercâmbio entre universidades nacionais e internacionais, trazendo para as universidades brasileiras professores estrangeiros em fluxo contínuo de intercâmbio, fomentando a pesquisa e buscando uma melhor colocação nos índices e rankings internacionais. Está na proposta também a oferta de bolsas em instituições estrangeiras de modo a contemplar estudantes com alto desempenho acadêmico. O MEC, no entanto, não menciona que isso só será possível se houver recursos captados pela Ifes. Ainda dentro desse Eixo, serão afrouxadas as regras para reconhecimento de cursos EAD feitos no exterior.

Fundo da autonomia financeira das IFES

Para que o programa seja viável, deverá ser constituído um Fundo, vinculado ao MEC, com a finalidade de possibilitar o aumento da autonomia financeira das Ifes, bem como ampliar e dar previsibilidade ao financiamento das atividades de pesquisa, extensão, desenvolvimento, empreendedorismo e inovação. Os imóveis de propriedade das Ifes participantes poderão ser destinados à integralização de cotas no fundo. É o patrimônio das Ifes financiando a captação de recursos para elas próprias.

Constituirão, segundo a proposta, recursos do Fundo, as receitas decorrentes de prestação e venda de serviços compreendidos no objeto da Ifes. Esses serviços incluem estudos, pesquisas, consultorias e projetos, bem como a comercialização de bens e produtos com a marca das instituições apoiadas, a alienação de bens e direitos, as aplicações financeiras que realizar, direitos patrimoniais tais como aluguéis, comodatos e concessões e exploração de direitos de propriedade intelectual.

Diferentemente do que se especulou, não se fala em cobrança de mensalidades na graduação, mas se explicita claramente as matrículas



A ênfase do programa se volta às áreas de tecnologia, relegando as humanidades, por sua natureza, a um segundo plano temerário, bem como pensa a Universidade para atender a determinado segmento da sociedade”

e mensalidades de pós-graduação lato sensu nas universidades federais como parte do financiamento desse fundo.

Comitê Gestor

O Programa deverá ter um Comitê Gestor que estabelecerá as diretrizes das ações e realizará avaliação anual de desempenho institucional para análise do atingimento dos objetivos e metas pactuados no Plano de Ação.

O Comitê assessorará as Ifes participantes na condução da política de governança e definirá o critério para aceitação das certificações para fins de participação no processo eleitoral dos reitores, que não é detalhado no documento. Sabe-se de antemão que está sendo exercitado o desrespeito à vontade democrática nas nomeações de vários reitores não escolhidos.

O Future-se foi submetido à consulta pública por um curto tempo e sem muito espaço de crítica. Após esse período, segundo o documento, a equipe do MEC trabalhará na consolidação das contribuições em propostas normativas para que sejam iniciados os processos de implementação legal.

No trâmite legislativo, a atenção e embate continuam necessários para os que compreendem a universidade da forma que compreendemos: pública, gratuita e voltada para a sociedade. É isso. Por enquanto.

**Sérgio Freire é doutor em Linguística pela Unicamp E professor associado 3 da Faculdade de Letras da Ufam.*

>>> RÁPIDAS

Docentes da Ufam aprovam indicativo de greve

Diante dos inúmeros ataques do governo Bolsonaro à Educação, professoras e professores da Ufam aprovaram indicativo de greve em assembleias descentralizadas. A aprovação ocorreu no campus de Manaus, no último dia 22, no auditório da ADUA e nas unidades fora da sede de Parintins, Humaitá e Benjamin Constant, no dia 21. A categoria decidiu também a organização de um Comando de Mobilização de Greve formado por docentes, estudantes e técnicos da universidade. [Leia mais](#)

Manifestantes vão às ruas contra os ataques de Bolsonaro à Educação

Estudantes, universitários, indígenas, profissionais da educação - entre eles docentes e técnicos da Ufam - e sociedade organizada se uniram, na tarde do último dia 13, no Centro de Manaus, em favor da educação e contra todos os retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro. Neste "Dia Nacional em Defesa da Educação, da Democracia e contra a Reforma da Previdência" foram alvos do protesto medidas como o projeto "Future-se" e os cortes nos orçamentos das universidades públicas e nas bolsas de pesquisa. [Leia mais](#)

Extinção de cargos: ADUA e Sintesam solicitam medidas do MPF

A ADUA-SSind., em conjunto com o Sintesam, encaminhou, no último dia 13, um ofício ao Ministério Público Federal (MPF) solicitando a adoção de medidas em relação ao decreto n. 9.725/19 do governo Bolsonaro, que extingue cargos em comissão e de funções de confiança no serviço público federal. As entidades ressaltam a necessidade de ajuizamento de Ação Civil Pública com a declaração de inconstitucionalidade e de ilegalidade de artigos do decreto em questão. [Leia mais](#)

>>> AGENDA

ANDES-SN convoca IV Seminário Nacional de Mulheres

Criminalização da homofobia, preconceito racial e opressões políticas são os temas discutidos nos seminários organizados pelo GT de Políticas de Classe, Questões étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN. O IV Seminário Nacional de Mulheres irá ocorrer na sede da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio Janeiro (ASDUEJ), de 30 de agosto a 1º de setembro, paralelamente ao III Seminário Nacional de Diversidade Sexual e ao IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas. [Leia mais](#)

GT Ciência e Tecnologia do ANDES-SN irá discutir organização de seminário

A organização do Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia será debatida na Reunião do Grupo de Trabalho Ciência e Tecnologia (GTCeT). O encontro ocorrerá nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF). [Leia mais](#)

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/07/2019 A 31/07/2019

| QUADRO RESUMO MENSAL | Maio | Junho | Julho |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receitas | R\$ 15.857,20 | R\$ 101.955,00 | R\$ 101.386,40 |
| Despesas | R\$ 32.700,05 | R\$ 72.112,21 | R\$ 71.490,44 |
| SALDO ANTERIOR | R\$ 1.697,26 | R\$ 2.169,88 | R\$ 1.635,33 |
| Saldo Banco do Brasil S/A | R\$ - | R\$ 28.362,56 | R\$ 58.815,63 |
| Saldo Fundo de caixa | R\$ 2.169,88 | R\$ 1.635,33 | R\$ 1.120,22 |
| RESUMO DE APLICAÇÕES | R\$ 230.726,14 | R\$ 231.462,16 | R\$ 232.348,48 |
| Saldo Anterior da Conta Aplicação | R\$ 232.289,41 | R\$ 230.726,14 | R\$ 231.462,16 |
| Aplicações no Mês | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Rendimento de Aplicações | -R\$ 97,59 | R\$ - | R\$ 886,32 |
| Resgate de Aplicações | -R\$ 1.465,68 | R\$ 736,02 | R\$ - |
| SALDO ATUAL | R\$ 232.896,02 | R\$ 261.460,05 | R\$ 292.284,33 |

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim ADUA

O boletim ADUA é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind. do ANDES-SN).

Diretoria:

Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2º vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2ª tesoureiro).

Diretora responsável:

Milena Barroso

Assessora de Comunicação:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)
Lucas Araújo

Designer:

Rebecca Pessoa

Projeto gráfico:

Rafael Miranda

Endereço:

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:

aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677

www.adua.org.br